



Rode Martins & Advogados Associados oab/sc 604/01



Rode Anélia Martins oab/sc 12.755
Josué Portella Gamborgi oab/sc 17.546
Evelise Conceição Machado oab/sc 10.901
Anderson Adilson de Souza oab/sc 16.788


REQUERIMENTO

SENAPRO	
 MINISTÉRIO DO TRABALHO	
S E R P R O	NUMERO DE IDENTIFICAÇÃO
	46220.004031/2006-40

O SINDICATO DOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA – SINDFAR-SC, CNPJ n. 82632615000123, Registro Sindical através do processo n. 320.970, em 09/12/70, consoante certidão anexa, representado por sua presidente, Sra. Vanessa de Bona Sartor, brasileira, solteira, farmacêutica, RG n. 3.607.056, CPF n. 004291.429-94, localizado na Rua Saladanha Marinho, 116, Sl 03, Centro, Florianópolis-SC, vem, respeitosamente, perante V. Sa., através de seus procuradores (doc. anexo), **requerer o registro da Convenção Coletiva** firmada com a Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de Santa Catarina - FEHOESC, Registro reconhecido através do despacho publicado no DOU em 05.03.96, seção I, p. 3632, consoante documentos anexos, estando integralmente de acordo com os moldes do anexo I da Instrução Normativa n. SRT-MTE 01 de 24.03.2004.

Pede deferimento.

Florianópolis, 15 de maio de 2006.


Evelise C. Machado
OAB/SC 10.901
Rua Saldanha Marinho, 116
Ed. Liberal Center - Sala 03
Fpolis/SC - CEP 88010-450
☎ 324-0869 / 9983-1706

CONVENÇÃO COLETIVA 2006 - 2007



Pelo presente instrumento normativo de um lado o **Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de Santa Catarina – SINDFAR** -, com sede à Rua Saldanha Marinho, 116 – Sala 801 – Florianópolis – SC, por sua Presidente a Sra. Vanessa de Bona Sartor, e do outro lado a **Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de Santa Catarina – FEHOESC**, com sede à Rua Jerônimo Coelho, 389 – sala 31 – Florianópolis – SC, por seu Presidente Sr. Bráulio César da Rocha Barbosa, firmam a presente Convenção Coletiva de Trabalho, nos termos das cláusulas abaixo:

CLÁUSULA 01 – DA ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá todas as Empregadoras e Empregados das categorias econômica e profissional representadas pelos Sindicatos Convenentes.

CLÁUSULA 02 – SALÁRIO NORMATIVO

Fica estabelecido salário normativo a partir de 01-03-2006, para os integrantes da categoria profissional, de R\$ 1.149,25 (mil cento e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos) para os profissionais farmacêuticos vinculados em farmácias de hospital, por mês e para uma jornada de 44 horas semanais.

Parágrafo Primeiro – Durante os primeiros 90 (noventa) dias de contrato de trabalho, para os profissionais farmacêuticos que não tenham experiência anterior comprovada, será aplicado um redutor de 4,63% (quatro vírgula sessenta e três por cento) sobre os salários do “caput” desta CLÁUSULA.

Parágrafo Segundo – As partes, durante a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, elaborarão estudos com vistas a estabelecer o piso da categoria, levando em conta a responsabilidade técnica e a jornada de trabalho.

CLÁUSULA 03 – CORREÇÃO SALARIAL

Os salários dos integrantes de categoria profissional serão reajustados a partir de 01-03-2006 aplicando-se o percentual de 4,63% (quatro vírgula sessenta e três por cento), incidentes sobre os salários vigentes em 28-02-2006, compensadas as antecipações concedidas.

CLÁUSULA 04 – DAS HORAS EXTRAS

As horas extraordinárias, desde que prestadas em número superior a 30 (trinta) horas por mês, serão remuneradas com acréscimo de 80% (oitenta por cento), e as prestadas até este limite serão remuneradas na forma da Legislação em vigor.

Parágrafo Único – O disposto nesta CLÁUSULA não se aplica aos empregados que trabalhem em regime de compensação estabelecidos na CLÁUSULA nona da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA 05 – ADICIONAL NOTURNO

Para o empregado que trabalhar em regime de compensação a jornada compreendida entre as 19:00 horas e 07:00 horas (do dia seguinte), será considerada como período noturno, para o cálculo do adicional de 20% (vinte por cento), sobre seu salário nominal.

CLÁUSULA 06 – SUBSTITUIÇÃO

As substituições de empregados por período igual ou superior a 30 (trinta) dias implicarão no pagamento do salário igual ao do substituído, em favor do empregado substituído, enquanto perdurar a substituição.

CLÁUSULA 07 – APOSENTADORIA

É vedada a dispensa sem justa causa de um empregado com 10 (dez) anos ou mais de serviço consecutivo no mesmo estabelecimento, que estiver a menos de 2 (dois) anos de completar o tempo de aposentadoria integral (ou seja, não proporcional) e/ou por idade fixados pela Previdência Social, ficando estabelecido que o disposto nesta CLÁUSULA não se aplica no caso do empregado não exercer o direito à aposentadoria na época respectiva.



CLÁUSULA 08 – PROTEÇÃO À GESTANTE

Fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa, da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez, até o quinto mês após o parto.

Parágrafo Único – Não se aplica o disposto nesta CLÁUSULA nos casos de: Acordo entre as partes, assistido e homologado pelo Sindicato Profissional; Rescisão ou término de contrato de experiência ou com prazo determinado.

CLÁUSULA 09 – JORNADA DE TRABALHO EM REGIME ESPECIAL

Fica estabelecida a jornada especial de prorrogação e compensação de horas de trabalho, nos seguintes regimes:

a – 12 horas de trabalho por 36 de descanso;

b – 04 dias de 6 horas e 02 dias de 10 horas;

c – 05 dias de 6 horas e 01 dia de 12 horas;

d – 05 dias de 7 horas e 01 dia de 9 horas;

e – 04 dias de 9 horas e 01 dia de 8 horas;

f – 05 dias de 08:45 horas de trabalho;

g – Os demais regimes de interesse mútuo entre as empresas e empregados deverão ser homologados pelos respectivos sindicatos.

Parágrafo Único – Será permitida a troca de plantões entre profissionais da mesma função, sendo necessária anuência da respectiva chefia.

CLÁUSULA 10 – FORNECIMENTO DE UNIFORME E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO

A vestimenta uniforme e os equipamentos de proteção quando exigidos por lei e/ou pela empregadora, deverão ser por esta última fornecidos gratuitamente e já confeccionados.

Parágrafo Único – O uso, conservação e reposição dos mesmos será regulamentado pela empresa.

CLÁUSULA 11 – SUSPENSÃO DO CONTRATO DE EXPERIÊNCIA E AVISO PRÉVIO

O auxílio doença, e os atestados médicos, comuns ou acidentários, suspendem o contrato de experiência e o aviso prévio, reiniciando a contagem do tempo neles previsto, na data da cessação do benefício previdenciário ou dos respectivos atestados.

CLÁUSULA 12 – DISPENSA POR JUSTA CAUSA

O empregado dispensado por justa causa, deverá ser avisado por escrito e contra recibo no ato, ou em caso de recusa por parte do empregado, com assinatura de duas testemunhas, constando no documento a infringência no dispositivo, no qual incidiu.

CLÁUSULA 13 – ALIMENTAÇÃO PARA PLANTONISTAS

As empregadoras fornecerão alimentação apropriada gratuitamente a seus empregados plantonistas.

CLÁUSULA 14 – FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES

As refeições, quando fornecidas pela empregadora, a seus empregados, serão de boa qualidade, quentes e deverão conter as calorias necessárias para apropriada alimentação do trabalhador. Para efeito da Lei 3030/56, serão observados os seguintes critérios.

- | | |
|------------------------------|---------------|
| a) Primeira refeição, café | 3,1% sobre SM |
| b) Segunda refeição, almoço | 9,4% sobre SM |
| c) Terceira refeição, lanche | 3,1% sobre SM |
| d) Quarta refeição, janta | 9,4% sobre SM |



CLÁUSULA 15 – ABONO DE FALTAS AO ESTUDANTE

As empregadoras abonarão as faltas do empregado estudante, nos horários de exames, desde que em estabelecimento de ensino oficializado e reconhecido como tal, devendo o empregado, comunicar o fato à empresa com antecedência de 72 (setenta e duas) horas e mediante comprovação posterior.

CLÁUSULA 16 – ATESTADOS MÉDICOS

As empregadoras que dispõem de serviço médico próprio ou em convênio, tem a seu cargo o abono da faltas por motivo de doença, nos demais casos, isto é, para as empresas que não mantém o serviço supra mencionado, prevalecerão os atestados fornecidos por médicos do SUS – Sistema Único de Saúde ou da Entidade Sindical Profissional, desde que mantenham convênio com a Previdência Social.

CLÁUSULA 17 – DESCONTO EM FAVOR DO SINDICATO

As empregadoras descontarão em folha de pagamento de seus empregados sindicalizados, no mês de agosto de 2.006, conforme decisão da Assembléia Geral da categoria, a título de Taxa Assistencial, o percentual de 7% do salário normativo da categoria, fazendo o recolhimento em guias próprias fornecidas pela entidade sindical, até o 8º dia do mês de setembro, no banco ou Instituição Financeira que for indicada.

Parágrafo Único – Subordina-se o desconto da taxa assistencial a não-oposição do trabalhador, manifestada perante o sindicato em requerimento individual até 15 (quinze) dias antes do primeiro pagamento reajustado.

CLÁUSULA 18 – QUADRO DE AVISOS

Será assegurada a colocação de quadro de avisos sob a responsabilidade da entidade sindical profissional, no âmbito da empregadora, para fixação de editais, avisos e notícias sindicais, vedada a publicação de qualquer matéria ofensiva ao empregador ou prejudicial às boas relações de trabalho, com visto da diretoria da empregadora.

CLÁUSULA 19 – RECLAMATÓRIA TRABALHISTA

Antes de encaminhar qualquer reclamatória à Justiça do Trabalho, o Sindicato dos Empregados procurará resolver de forma harmoniosa as questões, no intuito de evitar congestionamento do aparelho judiciário.

CLÁUSULA 20 – INÍCIO DAS FÉRIAS

As férias não poderão ter seu início em domingos e/ou dias considerados de repouso semanal, bem como feriados.

CLÁUSULA 21 – FÉRIAS PROPORCIONAIS

Em caso de pedido de demissão, e após 90 (noventa) dias da sua admissão na empresa, fará jus o empregado a férias proporcionais, a razão de 1/12 avos por mês, ou fração superior a 14 (quatorze) dias.

CLÁUSULA 22 – DISPENSA DO AVISO PRÉVIO

O empregado pré-avisado pela empresa será dispensado do cumprimento do restante do prazo de respectivo aviso prévio, desde que comprove a obtenção de novo emprego, cessando conseqüentemente o pagamento dos salários, pelo empregador no último dia de trabalho.

CLÁUSULA 23 – EMPREGADO MAIS NOVO NO EMPREGO

Não poderá o empregado mais novo na empregadora perceber salário inferior ao do mais antigo, na mesma função, não considerando as vantagens pessoais.



CLÁUSULA 24 – COMPROVANTE DE PAGAMENTO

As empregadoras fornecerão comprovante de pagamento da remuneração mensal, aos seus empregados, com a identificação da empregadora, neles discriminando o salário e demais títulos, contribuição do FGTS, bem como, descontos efetuados e a que títulos.

CLÁUSULA 25 – PENALIDADES

Pelo descumprimento de qualquer das CLÁUSULAS desta CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, fica estabelecida uma penalidade, equivalente a 5% (cinco por cento) do salário normativo, por infração em prol da parte prejudicada.

CLÁUSULA 26 – MORA SALARIAL

Em caso de mora salarial atribuível a empregadora, haverá multa de 0,03% (zero vírgula zero três por cento), sobre o débito, por dia de atraso, após decorrido o prazo para pagamento dos salários fixados na Legislação vigente, até o limite máximo de 5% (cinco por cento), em favor do prejudicado.

CLÁUSULA 27 – VIGÊNCIA

O presente termo terá vigência a partir de 01.03.06, com término em 28.02.2007.

E, por estarem justos e acertados, firmam a presente Convenção Coletiva de Trabalho em 5 (cinco) vias de igual teor, a serem submetidas a Registro na Delegacia Regional do Trabalho em Santa Catarina.

Florianópolis, 03 de abril de 2006.


VANESSA DE BONA SARTOR
Presidente do Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de SC

MINISTÉRIO
DO TRABALHO
E EMPREGO

DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

Nos termos do artigo 614, da CLT, defiro o pedido de registro da presente Convenção/Acordo Coletivo de Trabalho/ Alterações, constante do processo n°. 004031/06-40
Registrado e Arquivado na DRT/SC, sob o n°. 426, às 11 h. 36 min. do livro n°. 28.
Florianópolis, 07 / 06 / 06.


BRAULIO CESAR DA ROCHA BARBOSA
Presidente do FEOHESC


Edilene Freccia Silvestrin
SERET/DRT-SC
Mat. 0256304 SIAPE